



## RESOLUÇÃO SME Nº 13, 19 de dezembro de 2022

Dispõe sobre o Processo Anual de Atribuição de Classes e Aulas para os Docentes do Quadro do Magistério da Rede Municipal de Ensino de Embu-Guaçu.

A Secretaria Municipal de Educação, no uso de suas atribuições e considerando a Constituição Federal/1988, em especial no que concerne à formação e atuação docente, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Indicação CEE 53/2005 e a Lei Complementar municipal nº 130, de 14 de setembro de 2015, estabelece normas, procedimentos e critérios para assegurar a legalidade, legitimidade e transparência do processo anual de atribuição de classes e aulas na Rede Municipal de Ensino, portanto, RESOLVE:

### Das Competências

**Art. 1º** - Compete à Secretária Municipal de Educação designar Comissão para execução, coordenação, acompanhamento e supervisão do processo anual de atribuição de classes e aulas, sob sua responsabilidade, em todas as fases e etapas.

**Parágrafo único** - A Comissão a que se refere o caput deste artigo deverá ser composta pelos funcionários da Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 2º** - Compete à Comissão a atribuição de classes e aulas aos docentes da Rede Municipal de Ensino compatibilizar as cargas horárias das classes e das aulas com as jornadas de trabalho e as opções dos docentes, observando o campo de atuação e seguindo a ordem de classificação, após esgotadas todas as possibilidades



regulamentares da atribuição.

## Da Classificação

**Art. 3º** - Para participar do processo de atribuição de classes e aulas, os docentes serão classificados em âmbito municipal, em conformidade com os seguintes dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 130/2015: artigos 52 ao 60 (Da Atribuição de Classes e Aulas) ; Artigos 81 ao 83 (Das Disposições Gerais) e o artigo 183 (Das Disposições Gerais Transitórias e Finais). Deve ser observado o campo de atuação, a situação funcional, a habilitação, e:

**I - O tempo de serviço**, em dias de efetivo exercício no cargo de provimento por concurso público de que é titular na Rede Municipal de Embu-Guaçu, no respectivo campo de atuação, com data base de 01/07/2021 a 30/06/2022.

**II - Os títulos:**

- a) Ingresso por concurso público de provimento do cargo de que é titular na Rede Municipal de Embu-Guaçu: 10 pontos não cumulativos;
- b) Tempo de efetivo exercício no cargo de docente na Rede Municipal de Embu-Guaçu, sendo computado 1,0 (um) ponto por dia – 365 dias
- c) Pós Graduação Lato Sensu na área da educação obtidos em Instituições de Ensino Superior no período vigente, sendo computados 1,5 (um e meio) pontos;
- d) Diploma de Mestre na área da Educação sendo computados 2,0 (dois) pontos;
- e) Diploma de Doutor na área da Educação sendo computados 3,0 (três) pontos;

**§ 1º** Os títulos de Mestre e Doutor não são cumulativos para fins de pontuação.

**§ 2º** Considera-se efetivo exercício, para todos os efeitos legais, os dias trabalhados pelo servidor do Quadro de Magistério e aqueles em que estiver ausente do serviço gozando dos afastamentos previstos na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, na Lei Complementar nº 130/2015.

**§ 3º** Em casos de empate de pontuações na classificação dos inscritos, o desempate dar-se-á com observância a seguinte ordem de prioridade:



**I** - Melhor classificação no concurso de ingresso;

**II** - Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos – Estatuto do Idoso;

**III** - Maior tempo de serviço no Magistério Público Oficial da Secretaria Municipal da Educação do Município de Embu-Guaçu;

**IV** - Maior número de dependentes (encargos de família);

**V** - Maior idade, para os inscritos com idade inferior a 60 (sessenta) anos.

**Art. 4º** - Será computado, para fins de atribuição, o tempo de serviço correspondente ao período em que o docente estiver afastado para:

**I** - Exercício de mandato classista ou eletivo;

**II** - Frequência a curso de qualificação profissional;

**III** - Exercício de designação de função e de cargos em comissão de natureza pedagógica;

**IV** - Ministras aulas junto às entidades conveniadas com a Prefeitura Municipal de Embu-Guaçu ou prestação de serviço técnico-educacional.

**Art. 5º** - O tempo de afastamento sem vencimentos e sem as demais vantagens do cargo não será computado para fins de classificação no Processo de Atribuição de Classes e/ou Aulas.

**§ 1º** O tempo ou períodos de serviço prestados pelo docente, em regime de acumulação, deverão ser sempre computados isoladamente para todos os fins.

**§ 2º** A apuração do tempo de serviço será feita em dias, considerando o ano de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

**§ 3º** Será considerado tempo líquido de serviço no Magistério, o tempo de efetivo exercício na função, deduzidas as faltas injustificadas, licenças sem vencimentos ou para tratar de interesses particulares, suspensões decorrentes de sanções disciplinares e outras previstas na legislação.

**§ 4º** Será contado, para fins de classificação, somente o tempo de serviço efetivo



aquele exercido no cargo de provimento por concurso público no município de Embu-Guaçu, sendo expressamente vedada a contagem de tempo de serviço prestado por meio de contrato, ainda que no exercício da mesma função.

### Da Atribuição Geral

**Art. 6º** - Para efeitos do que dispõe a presente Resolução, considera-se:

I – **Classe:** campo de atuação referente a classes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano);

II - **Aulas** - campo de atuação referente a aulas de disciplinas dos Anos Finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e aulas das disciplinas de Arte e Educação Física dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

**Art. 7º** - Em qualquer etapa ou fase do processo, a atribuição de classe e aulas deve observar a seguinte ordem de prioridade quanto à situação funcional:


I - Titulares de cargo, no próprio campo de atuação;

II - Titulares de cargo, em campo de atuação diverso;

**Art. 8º** - A atribuição de classes e aulas deve ser feita somente ao docente devidamente habilitado com diploma de licenciatura plena para a disciplina ou classe atribuída.

§ 1º Além das aulas de disciplina específica, podem ser atribuídas aulas das demais disciplinas de habilitação da licenciatura plena do docente.

§ 2º Consideram-se demais disciplinas de habilitação da licenciatura plena do docente, para fins de atribuição, na forma de que trata o caput deste artigo, a (s) disciplina (s) identificada (s) no histórico programático do respectivo curso em que se registre, no mínimo, o somatório de 160 (cento e sessenta) horas de estudos de disciplinas afins/conteúdos da disciplina a ser atribuída, nos termos da Indicação CEE 53/2005.

§ 3º As demais disciplinas de habilitação identificadas pela análise do histórico do curso no qual conste, no mínimo, o somatório de 160 (cento e sessenta) horas, observada a necessidade pedagógica da unidade escolar, podem ser atribuídas ao titular de cargo para constituição ou composição de jornada de trabalho, 



respeitado o direito dos demais titulares de cargos.

**Art. 9º** - A atribuição de classes e ou/aulas das disciplinas dos cursos de Educação de Jovens e Adultos - EJA ocorre com a atribuição de aulas do ensino regular no processo inicial e durante o ano, respeitados os regulamentos específicos, quando houver, e observados os critérios de habilitação e de qualificação docente.

**Parágrafo único.** A atribuição de aulas da Educação de Jovens e Adultos - EJA tem validade semestral, devendo permanecer o mesmo professor no termo subsequente durante o ano letivo.

### Disposições Gerais para Processo Inicial de Atribuição de Classes e Aulas

**Art. 10** - A atribuição de classes e aulas deve ocorrer, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, aos docentes titulares de cargo, previamente classificados, com finalidade de:

- I - Constituição de Jornada de Trabalho;
- II - Ampliação de Jornada de Trabalho;
- III - Carga Suplementar de Trabalho;

**Art. 11** - Os docentes readaptados participam do processo de classificação, porém lhes é vedada a atribuição de classes ou aulas enquanto permanecerem na situação de readaptação.

### Da Constituição das Jornadas de Trabalho no Processo Inicial

**Art. 12** - No âmbito da Secretaria Municipal de Educação, a constituição regular das jornadas de trabalho se dá aos dos docentes titulares dos cargos de:

- I** – Professor de Desenvolvimento Infantil (PDI)
- II** – Professor de Educação Infantil (PEI)
- III** – Professor Interdisciplinar (PI)



**IV – Professor Especialista (PE)**

**V – Professor de Educação Especial (PEE)**

**§ 1º** O docente, que se encontre com jornada parcialmente constituída, deve participar de todas as atribuições para constituir a jornada mínima, como é o caso do Professor Especialista com 10 a 30 horas/aulas.

**§ 2º** O docente que não comparecer ao Processo de Atribuição inicial de classe e aula para o ano letivo, a carga mínima obrigatória será constituída, compulsoriamente, após o término da atribuição, conforme classes e aulas excedentes.

**Art. 13** - É vedada a redução de jornada de trabalho, se houver aulas livres da disciplina disponíveis para constituição de jornada na Secretaria Municipal de Educação, considerando aulas livres da disciplina de habilitação do docente e a compatibilidade de horários entre as unidades escolares.

### Da Carga Suplementar


**Art. 14** - A atribuição da carga suplementar de trabalho far-se-á com classe ou aulas livres, em substituição da disciplina específica do cargo, da disciplina não específica ou das demais disciplinas de habilitações/qualificações que o docente possua, nos moldes do art. 87 da Lei complementar municipal nº 130/2015.

**Art. 15** - As classes e as aulas que surgirem em substituição, decorrentes de licenças, iniciados durante o processo de atribuição ou já concretizados anteriormente, estarão automaticamente, disponíveis para atribuição como carga suplementar de trabalho e/ou ampliação de jornada.

### Da Ampliação de Jornada de Trabalho

**Art. 16** - A ampliação da jornada de docente titular de cargo em condição de adido, se cabível, será realizada com:

**I** - classe/aulas em substituição ou livres, respeitado o campo de atuação e/ou disciplina específica do cargo;

**II** - aulas, livres ou em substituição, de disciplina(s) não específica(s), de 



demais disciplinas de sua habilitação ou de disciplinas decorrentes de outra(s) licenciatura(s) plena(s) que o Professor Especialista possua;

**III** - classes/aulas livres ou em substituição de disciplinas em que tenha licenciatura plena aos:

- a) Professores de Desenvolvimento Infantil;
- b) Professores de Educação Infantil;
- c) Professores Interdisciplinar;
- d) Professor de Educação Especial;
- e) Professor Especialista.

**IV** - classes, turmas ou aulas de programas e projetos da Secretaria Municipal de Educação e de outras modalidades de ensino.

**Parágrafo único** - A ampliação, parcial ou total, da jornada de trabalho do professor efetivo com classe ou aulas em substituição somente será realizada se o docente for efetivamente assumi-la e/ou ministra-las, não podendo se encontrar em afastamento de qualquer espécie.

### Da Atribuição Durante o Ano

**Art. 17** - A atribuição de classes e aulas durante o ano deve ser realizada, considerando os critérios de:

**I** - campo de atuação,

**II** - situação funcional;

**III** - ordem de prioridade dos níveis de habilitação e qualificação docentes

**Art. 18** - A atribuição de classes e aulas no decorrer do ano tem por finalidade oferecer aos titulares de cargos docentes:

**I** - completar jornada de trabalho parcialmente constituída;



**II** - constituição de jornada do adido;

**III** - constituição de jornada que esteja sendo completada em outra escola;

**IV** - carga suplementar.

**§ 1º** O início do processo de atribuição durante o ano dar-se-á imediatamente ao término do processo inicial, sendo oferecidas as classes e aulas remanescentes, assim como as que tenham surgido posteriormente.

**§ 2º** As sessões de atribuição de classes e/ou aulas durante o ano devem ser sempre amplamente divulgadas no prazo de 12 horas pela Secretaria Municipal de Educação, contadas da constatação da existência de classes e aulas disponíveis a serem oferecidas.

**§ 3º** As sessões de atribuição durante o ano, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, devem ocorrer em local único, escolhido pela Comissão da Secretaria Municipal da Educação, que deverá ser amplamente divulgado a fim de possibilitar a participação de todos os docentes inscritos.

**§ 4º** Nas sessões de atribuição de classes e/ou aulas na Secretaria Municipal de Educação, o docente deverá apresentar declaração oficial e atualizada de seu horário de trabalho, inclusive com as Horas de trabalho Pedagógico Coletivo - HTPC, contendo a distribuição das aulas pelos turnos diários e pelos dias da semana.

**§ 5º** Os docentes, que se encontrem em situação de licença ou afastamento a qualquer título, não poderão concorrer à atribuição de classes e/ou aulas durante o ano, excetuados:

**I** - docentes em licença-gestante/auxílio-maternidade;

**II** - docentes titulares de cargo, exclusivamente para constituição obrigatória de jornada.

**§ 6º** A carga suplementar de trabalho se encerra no último dia letivo do ano de atribuição da carga.



**Art. 19** - No atendimento à constituição da jornada de trabalho do docente titular de cargo no decorrer do ano, deverá ser aplicado o procedimento de retirada de classe ou de aulas livres de outro docente, do mesmo campo de atuação e/ou da disciplina do cargo do titular a ser atendido, observada a ordem inversa à da classificação dos docentes com carga suplementar.

§ 1º - Persistindo a impossibilidade do atendimento ao titular de cargo, o docente permanecerá na condição de adido e/ou cumprindo horas de permanência, assumindo toda e qualquer substituição que venha a surgir e para a qual esteja habilitado, dentro da carga horária da jornada, respeitada a situação de acumulação, quando houver.

§ 2º - Ao titular de cargo, de que trata o parágrafo anterior, caberá participar, obrigatoriamente, das atribuições, para descaracterizar a condição de adido.

§ 3º - Para toda e qualquer atribuição de classes e aulas durante o ano, em qualquer nível, o docente deverá comparecer munido de declaração atualizada de seu horário de trabalho, expedida pela direção da(s) escola(s) em que se encontre em exercício, a fim de viabilizar nova atribuição com observância à compatibilidade de horários e distância entre as unidades.

### Das Disposições Finais

**Art. 20** - Os recursos interpostos ao final do processo de atribuição de classes e aulas não têm efeito suspensivo e/ou retroativo e, se necessários, devem ocorrer no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados do dia da ocorrência do fato motivador, dispondo a autoridade/comissão recorrida(s) de igual prazo para resposta.

**Art. 21** - A acumulação remunerada de dois cargos docentes ou de um cargo de suporte pedagógico com um cargo ou função docente poderá ser exercida, desde que:

I - Haja compatibilidade de horários, consideradas, no cargo/função docente, incluindo as Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo - HTPC, pois integram a carga horária;

II - Seja publicado Ato Decisório favorável ao acúmulo, nos termos da legislação



específica.

§ 1º Caso o acúmulo seja considerado ilegal, o profissional deve optar por um dos cargos, emprego ou função.

§ 2º O profissional que acumula deve apresentar Ato Decisório publicado em Diário Oficial/site da Secretaria Municipal de Educação para que seja inserido em seu prontuário funcional na Unidade Escolar de lotação e no prontuário funcional na Secretaria Municipal de Educação.

**Art. 22** - A Secretaria Municipal da Educação poderá expedir orientações complementares a esta Resolução.

**Art. 23** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a Resolução SME nº 10, de 17/12/2021 e suas retificações na totalidade.

Embu-Guaçu, 19 de dezembro de 2022.

---

TATIANA LOPES NASCIMENTO SILVA  
Secretaria de Educação